



### **COVID19 - ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA<sup>1</sup>**

- *Resumo das medidas legislativas determinadas pela União, Estado de São Paulo e Município de São Paulo com impacto nas empresas e empresários em geral e que foram publicadas.*
- *Trata-se de mero informativo, devendo o interessado consultar um advogado sobre a aplicação destas medidas e sobre a existência de outras medidas para o seu caso e para o seu município.*
- *Medidas anunciadas pelos Entes Públicos, mas que ainda não foram publicadas não fazem parte deste informativo.*

### **ADMINISTRATIVO**

1

- Define os serviços públicos e atividades essenciais. (**União - Decretos nº. 10.282/2020, 10.288/2020, 10.292/2020, 10.329/2020, 10.342/2020 e 10.344/2020**)
- Prorroga o período de quarentena até 19 de Setembro de 2020 e institui o Plano São Paulo, possibilitando aos Prefeitos, a abertura e retomada gradual de atividades não essenciais de acordo com as fases de monitoramento da pandemia estabelecidas neste plano. (**Estado de São Paulo - Decretos Estaduais nºs. 64.881/2020, 64.920/2020, 64.946/2020, 64.949/2020, 64.967/2020, 64.975/2020, 64.994/2020, 65.014/2020, 65.032/2020, 65.044/2020, 65.056/2020, 65.088/2020, 65.110/2020, 65.114/2020, 65.141/2020, 65.143/2020, 65.163/2020 e 65.170/2020**)
- Prorroga até 06 de Setembro de 2020 a suspensão do atendimento presencial em atividades não essenciais localizados no Município de São Paulo e estabelece normas para o funcionamento de comércio e serviços, dispondo sobre o

---

<sup>1</sup> Atualizado até 09/09/2020.



procedimento, condições e diretrizes para a gradual retomada de atividades, em conformidade com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. **(Município de São Paulo - Decretos Municipal n.ºs. 59.298/2020, 59.335/2020, 59.363/2020, 59.405/2020, 59.473/2020, 59.534/2020, 59.552/2020, 59.644/2020, 59.681/2020 e 59.721/2020)**

- Suspende o rodízio de caminhões para manutenção do abastecimento de produtos e serviços específicos. **(Município de São Paulo - Portaria SMT n.º. 80/2020)**
- Recomenda horário de funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços durante o estado de calamidade pública para enfrentamento da pandemia decorrente do COVID19. **(Município de São Paulo – Decretos Municipal n.º. 59.349/2020 e 59.383/2020)**
- Estabelece medidas de proteção de saúde pública obrigando os estabelecimentos comerciais, de serviços e similares abertos ao público a fornecer máscaras e luvas aos funcionários e álcool em gel aos consumidores e frequentadores e reservar o primeiro horário de atendimento a pessoas maiores de 60 (sessenta) anos. **(Estado de São Paulo – Decreto Estadual n.º. 64.959/2020 e Município de São Paulo – Lei Municipal n.º. 17.340/2020 e Decreto Municipal n.º. 59.396/2020)**
- Prorroga os prazos de vigência das licenças já emitidas até a data da publicação da Lei, por mais 1 (um) ano, bem como as licenças e alvarás a serem expedidas no período de 6 (seis) meses, a partir da data da publicação da lei. **(Município de São Paulo – Lei Municipal n.º. 17.340/2020 e Decreto Municipal n.º. 59.396/2020)**
- Restabelece o rodízio de veículos no centro expandido e revoga o rodízio emergencial estabelecido pelo Decreto Municipal n.º. 59.403/2020. **(Município de São Paulo – Decreto Municipal n.º. 59.444/2020 e Portaria SMT n.º. 94/2020)**



- Antecipa os feriados de Corpus Christi e do Dia da Consciência Negra para os dias 20 e 21 de maio de 2020 e declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais da Administração Direta, Autarquias e Fundações no dia 22 de maio de 2020. **(Município de São Paulo – Lei Municipal nº. 17.341/2020 e Decreto Municipal nº. 59.450/2020)**
- Determina que todas as licenças de funcionamento sanitárias, previstas na Portaria Municipal SMS nº. 2.215/2016 e que se encontravam vigentes em 03/04/2020, data de publicação da Portaria Municipal SMS/COVISA nº. 015/2020 e que expirarem durante a situação de emergência no Município de São Paulo, terão seus prazos de validade prorrogados pelo período de 90 (noventa) dias. **(Município de São Paulo – Portaria Municipal SMS/COVISA nº. 20/2020)**
- Dispõe sobre a manutenção da restrição de funcionamento das atividades e serviços de academia, salões de beleza, barbearia, manicures e congêneres. **(Estado de São Paulo – Resolução SS nº. 75/2020)**
- Autoriza o atendimento ao público em Concessionárias e Revendedoras de Veículos e Escritórios de Prestação de Serviços e determina o protocolo sanitário desses setores. **(Município de São Paulo – Portaria Pref nº. 605/2020)**
- Autoriza o atendimento ao público do comércio de rua e imobiliário e determina os respectivos protocolos sanitários. **(Município de São Paulo – Portaria Pref nº. 625/2020)**
- Autoriza o atendimento ao público dos shoppings centers e determina o respectivo protocolo sanitário. **(Município de São Paulo – Portaria Pref nº. 629/2020)**
- Determina que o atendimento ao público nas galerias comerciais ou centros de compras com área total de até 15.000 m2 deverá seguir o protocolo estabelecido para o setor do comércio de rua, estabelecido pela Portaria PREF nº 625, de 9 de junho de 2020. **(Município de São Paulo – Portarias Pref nºs. 632/2020 e 634/2020)**



- Determina que os estabelecimentos que foram interditados por descumprimento das normas estabelecidas por conta da Declaração de Emergência e de Calamidade Pública, bem como do Decreto nº 59.298, de 23 de Março de 2020 e suas alterações posteriores, deverão solicitar sua desinterdição por email endereçado ao Subprefeito(a) da sua área administrativa, conforme modelo do Anexo Único desta Portaria. **(Município de São Paulo – Portaria SMSUB nº. 40/2020)**
- Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. **(União – Lei nº. 14.019/2020)**
- Autoriza o atendimento ao público de Bares, Restaurantes e afins; Salões de Beleza, Serviços de Beleza, Estéticos e afins e proíbe o serviço de bares e restaurantes nas calçadas e nos demais espaços públicos. **(Município de São Paulo – Portaria PREF nº. 696/2020)**
- Consolida os protocolos sanitários aprovados pelas Portarias PREF nº 605/2020, 625/2020, 629/2020, 683/2020 e 696/2020. **(Município de São Paulo – Portaria SGM nº. 185/2020)**
- Autoriza o atendimento ao público do setor econômico de Academias de esporte e similares, determinando o respectivo protocolo sanitário. **(Município de São Paulo – Portaria PREF nº. 724/2020)**
- Estabelece o Protocolo Sanitário Complementar a Escritórios para o setor específico de Tecnologia da Informação, Comunicação, Telecomunicações e Call



**Center. (Município de São Paulo – Publicação Secretaria Municipal da Casa Civil – CC nº. 91.507/2020)**

- Determina novos horários de atendimento para escritórios, concessionárias, imobiliárias, academias de esporte, centros de ginástica, salões de beleza e barbearias; bares, restaurantes e similares; comércio de Rua; shopping. **(Município de São Paulo – Portaria PREF. nº. 881/2020)**
- Termo de compromisso que celebram a Prefeitura de São Paulo, por intermédio da Casa Civil, e representantes do setor de Cinemas. Protocolo de reabertura do setor de Cinemas. **(Município de São Paulo – Publicação Secretaria Municipal da Casa Civil CC nº. 90.509/2020)**
- Estabelece licença complementar aos estabelecimentos que possuam licença de funcionamento ou alvará de funcionamento para local de reunião, para a atividade de salão de festas, bailes, “buffet”, casa de música, boate, discoteca ou danceteria e que poderão exercer a atividade de comércio de alimentação com consumo no local enquanto sua atividade principal estiver com atendimento presencial ao público suspenso por força do Decreto nº 59.473, de 29 de maio de 2020 e Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, desde que atendidos as condições previstas neste decreto. **(Município de São Paulo – Decreto nº. 59.744/2020)**

5

## **CONSUMIDOR**

- Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil, estabelecendo prazo de 12 meses para o reembolso ao consumidor com manutenção de penalidades contratadas e isenção das penalidades contratuais para o consumidor que aceitar a concessão de crédito para utilização no prazo de 12 meses. **(União - Medida Provisória nº. 925/2020 e Lei nº. 14.034/2020).**
- Estabelece regras quanto ao cancelamento de serviços, de reservas e eventos para empresas dos setores de turismo e cultura enquanto vigente o estado de calamidade. **(União – Medida Provisória nº. 948/2020 e Lei nº. 14.046/2020)**



### **EMPRESARIAL**

- Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências. **(União – Medida Provisória nº. 931/2020, Ato do Congresso Nacional nº. 39/2020 e Lei nº. 14.030/2020)**

### **LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

- Adia o início de vigência da Lei nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados para 03 de Maio de 2021, sendo este o prazo para que as empresas se adaptem às disposições da lei. **(União – Medida Provisória nº. 959/2020)**

6

### **MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

- Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno (PRONAMPE) porte concedendo uma linha de crédito correspondente a 30% da receita bruta de 2019 para empresas que não iniciaram suas atividades em 2019 ou o que for mais vantajoso entre 50% do capital social ou 30% da média do seu faturamento desde o início das atividades para quem iniciou as atividades em 2019, com taxa de juros anual equivalente à SELIC acrescido de 1,25% e prazo de 36 meses para pagamento. **(União – Lei nº. 13.999/2020 e Portaria SEPEC nº. 19.492/2020)**
- Institui o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito por meio de disponibilização de garantias e de preservar empresas de pequeno e de médio porte diante dos impactos econômicos decorrentes do COVID-19, para a proteção de emprego e renda e altera as Leis nºs. 12.087/2009 e 13.999/2020. **(União – Medida Provisória nº. 975/2020 e Lei nº. 14.042/2020)**



- Dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. **(União – Portarias RFB nº. 978/2020 e 1.039/2020)**
- Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte (Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas – CGPE), sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **(União – Medida Provisória nº. 992/2020)**

7

### **REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE DIREITO PRIVADO (RJET)**

- Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do COVID-19, estabelecendo regras especiais de prescrição e decadência, de assembleia de pessoas jurídicas de direito privado, de relações de consumo, de usucapião, de condomínios edilícios, do regime concorrential e do direito de família e sucessões. **(União – Lei nº. 14.010/2020)**

### **TRABALHISTA**

- Estabelece normas quanto ao teletrabalho; a antecipação de férias individuais; a concessão de férias coletivas; o aproveitamento e a antecipação de feriados; o



banco de horas; a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho. **(União - Medida Provisória nº. 927/2020)**

- Diferimento e Parcelamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - Competências – Março/2020, Abril/2020 e Maio/2020. **(União - Medida Provisória nº. 927/2020 e Circular Caixa nº. 897/2020)**
- Determina que o atestado médico colocando em isolamento domiciliar a pessoa infectada pelo Covid19 e os residentes no mesmo endereço será considerado como falta justificada. **(União - Lei nº. 13.979/2020 e Portaria MS nº. 454/2020).**
- Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda que prevê o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda, a redução proporcional de jornada de trabalho e salários e a suspensão temporária do contrato de trabalho. **(União – Medida Provisória nº. 936/2020, Portaria ME/SEPRT nº. 10.486/2020, Ato do Congresso Nacional nº. 44/2020 e Lei nº. 14.020/2020)**
- Institui o Programa Emergencial de Suporte a Emprego que abre linha de crédito para pagamento da folha de pagamento para empresas que teve Receita Bruta Anual em 2019 entre R\$ 360.000,00 e R\$ 10.000.000,00 e altera as Leis nºs. 9.430/1996 e 13.999/2020. **(União – Medida Provisória nº. 944/2020, Ato do Congresso Nacional nº. 53/2020 e Lei nº. 14.043/2020)**
- Disponibiliza orientações gerais aos trabalhadores e empregadores quanto ao ambiente de trabalho em razão da pandemia do COVID19. **(União – Ofício Circular SEI nº. 1088/2020/ME)**
- Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). **(União – Portaria SEPRT/MS nº. 20/2020)**





- Disciplina procedimentos relativos ao recurso de embargo e interdição em atividades essenciais, assim consideradas aquelas definidas no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **(União – Portaria ME/SEPRT nº. 14.782/2020)**
- Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020/2020. **(União – Decreto nº. 10.422/2020 e 10.470/2020)**
- Disciplina a hipótese de recontratação nos casos de rescisão sem justa causa durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº. 6, de 20 de Março de 2020. **(Portaria ME/SEPRT nº. 16.655/2020)**

9

## **TRIBUTÁRIO**

- Prorrogação do Prazo para Pagamento do Simples Nacional – Todos os Tributos (Federais, Estaduais e Municipais) – Períodos de Apuração – Março/2020, Abril/2020 e Maio/2020. **(União - Resolução CGSN nº. 152/2020 e Resolução CGSN nº. 154/2020)**
- Suspende por 90 dias o protesto de débitos inscritos em dívida ativa pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. **(Estado de São Paulo - Decreto Estadual nº. 64.879/2020)**
- Suspensão até 31 de Agosto de 2020 do prazo para manifestação de defesa Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade e Procedimento Administrativo de Exclusão de Parcelamento (PERT) e suspensão



de instauração de novos procedimentos. (**União - Portarias PGFN n.ºs. 7.821/2020, 13.338/2020, 15.413/2020 e 18.176/2020**)

- Manutenção dos procedimentos de inscrição em dívida ativa da União e do FGTS com suspensão do envio da primeira carta de cobrança administrativa até 31 de Agosto de 2020. (**União - Portarias PGFN n.ºs. 7.821/2020, 13.338/2020, 15.413/2020 e 18.176/2020**)
- Suspensão até 31 de Agosto de 2020 o prazo para ofertar antecipadamente uma garantia em execução fiscal ou requerer a revisão da dívida ativa. (**União - Portarias PGFN n.ºs. 7.821/2020, 13.338/2020, 15.413/2020 e 18.176/2020**)
- Parcelamentos de débitos tributários da União e do FGTS que incidam em hipótese de rescisão, por falta de pagamento, não serão rescindidos até 31 de Agosto de 2020. (**União - Portarias PGFN n.ºs. 7.821/2020, 13.338/2020, 15.413/2020 e 18.176/2020**)
- Suspensão até 31 de Agosto de 2020 do envio ao protesto de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS. (**União - Portarias PGFN n.ºs. 7.821/2020, 13.338/2020, 15.413/2020 e 18.176/2020**)
- Prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União. (**União – Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º. 1.178/2020**)
- Prorrogação do prazo de entrega da DEFIS e DASN-SIMEI para 30/06/2020 – Ano Calendário 2019. (**União – Resolução CGSN n.º. 153/2020**)
- Prorroga o prazo para Julho/2020 para apresentação da DCTF e da EFD Contribuições que deveriam ser entregues em abril, maio e junho de 2020. (**União – Instrução Normativa RFB n.º. 1932/2020**)



- Prorroga o prazo para o recolhimento do INSS e do PIS/COFINS – competências março e abril para julho e setembro de 2020. (**União – Instrução Normativa RFB nº. 1932/2020**)
- Estabelece a Transação Extraordinária para renegociação de dívidas ativas da União disponível para todos os contribuintes, com exceção de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de Simples Nacional, de multas qualificadas ou de multas criminais, com entrada de 1% do valor total dos débitos em até 3 meses, diferimento das demais parcelas de 90 dias, prazo mais longo de parcelamento e sem desconto nos débitos, com prazo de adesão prorrogado até 30 de Setembro de 2020. (**União – Medida Provisória nº. 899/2020, Portarias ME nº. 103/2020 e 150/2020, Portarias PGFN nºs. 8457/2020, 9924/2020, 18.176/2020 e 20.162/2020**)
- Suspende por 30 (trinta) dias, a partir de 01 de Maio de 2020, a inscrição de débitos em dívida ativa. (**Município de São Paulo – Decretos Municipal nº. 59.326/2020 e 59.391/2020**)
- Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS, determinando que as parcelas com vencimento entre os meses de março e agosto de 2020 eventualmente inadimplidas não implicarão na rescisão automática do parcelamento e que as parcelas não pagas integralmente que tiverem vencido ou vencerem, originalmente, nos meses de março, abril, maio, junho, julho e agosto de 2020, somente poderão ser consideradas inadimplidas, para fins de rescisão do parcelamento, a partir dos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro, todos de 2020, e janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente. (**União – Resolução CC/FGTS nº. 961/2020**)
- 
- Prorroga os prazos de vencimentos das parcelas mensais dos parcelamentos de débitos tributários na Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da



Fazenda Nacional que vencem em maio, junho e julho de 2020 para agosto, setembro e outubro de 2020, respectivamente, mantida a incidência de juros, com exceção dos parcelamentos do SIMPLES Nacional. **(União - Portaria ME nº. 201/2020)**

- Prorroga o prazo de apresentação da ECD – Escrituração Contábil Digital referente ao Ano-Calendário 2019 para 31 de Julho de 2020. **(Instrução Normativa RFB nº. 1950/2020)**
- Prorroga o prazo de vencimento das parcelas mensais dos parcelamentos de débitos do SIMPLES Nacional e MEI que vencem maio, junho e julho de 2020 para agosto, setembro e outubro de 2020. **(União – Resolução CGSN nº. 155/2020)**
- Suspende os prazos processuais no âmbito da Receita Federal do Brasil até 30 de Junho de 2020. **(União – Portaria RFB nº. 936/2020)**
- Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU. **(União – Portarias PGFN nºs. 9.924/2020 e 15.413/2020)**
- Estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos. **(União – Portaria PGFN nº. 14.402/2020)**
- Prorroga o prazo para o recolhimento do INSS e do PIS/COFINS – competência maio para outubro de 2020. **(União – Portaria ME nº. 245/2020)**
- Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOFN estabelecendo que nas operações de crédito contratadas no



período entre 03.04 e 02.10.2020, as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do *caput* e no § 15 do art. 7º do Regulamento do IOF (RIOF) ficam reduzidas a zero. **(União – Decreto nº. 10.414/2020)**

- Prorroga o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2019 e referente aos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação ocorridos no período entre janeiro e abril do ano-calendário de 2020. **(União – Instrução Normativa RFB nº. 1965/2020)**
- Dispõe sobre a suspensão da exclusão de parcelamentos durante o estado de calamidade pública e dispõe sobre o ISS relativo às sociedades unipessoais. **(Município de São Paulo – Lei nº. 17.403/2020)**
- Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade. **(União – Lei Complementar nº. 174/2020)**
- Estabelece as condições para transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). **(União – Portaria PGFN nº. 18.731/2020)**
- Disciplina o restabelecimento dos parcelamentos rompidos e demais providências após a declaração de estado de calamidade pública para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. **(Município de São Paulo – Ordem Interna SF/SUREM nº. 02/2020)**



**ARAI, FERNANDES & ARAUJO**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

OAB/SP 14.962

- Eleva, temporariamente, para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de Reais) o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, enquanto vigente o estado de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus - COVID-19. **(União – Portaria ME nº. 296/2020)**